

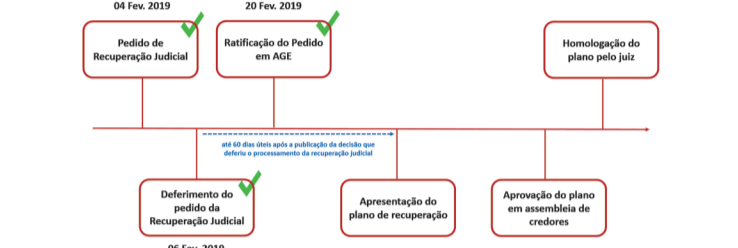
Senhores acionistas,
No sentido de atender as disposições legais, a Fertilizantes Heringer S.A. - Em Recuperação Judicial, apresenta a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e das respectivas notas explicativas.
No ano de 2018, a economia brasileira cresceu no mesmo ritmo de 2017, o que mostra que a recuperação segue lenta, foi um ano decepcionante diante das expectativas iniciais, repetindo o ano avergado registrado em 2017, quando o PIB também avançou 1,1%. Apesar da frustração, o resultado veio dentro do esperado por boa parte do mercado, que ao longo do ano foi revisando seguidamente para baixo as previsões para o PIB. A expectativa para 2019 é de que o PIB cresça cerca de 2,0%. A taxa de desemprego se manteve estável em 2018 e o Brasil fecha o ano com 12,1 milhões de desempregados.

A piora nas expectativas do mercado veio na esteira da greve dos caminhoneiros que trouxe um incremento de custos expressivo para o agronegócio brasileiro e também para o setor de fertilizantes. Os fertilizantes no Brasil são entregues por caminhões aos clientes em todo território nacional. Com o objetivo de encerrar a greve que vinha paralisando o país por semanas, o governo, entre outras coisas, emitiu uma medida provisória visando regular fretes mínimos no mercado, essa medida gerou atritos entre governo, motoristas e empresários, pois os fretes foram estabelecidos em valores muito acima do que aqueles praticados pelo mercado, afetando também as entregas do setor de fertilizantes.

Um ano de incertezas políticas e eleitorais, 2018 foi um ano desafiador para os brasileiros, incertezas com o futuro das contas públicas, crescimento do risco-país, oscilações cambiais que fizeram crescer a desconiança dos investidores em relação ao Brasil, agitação do mercado financeiro com o dólar ultrapassando R\$ 4 e uma valorização de mais de 17% do dólar diante do real no decorrer do ano.

Diante deste cenário brasileiro, a Heringer também foi atingida em 2018. Alta do dólar, aumento dos preços das matérias primas no mercado internacional, alta dos custos logísticos, foram fatores que afetaram fortemente os resultados da Companhia. Além do citado acima, no primeiro semestre de 2018, houve uma grande antecipação das compras de fertilizantes, principalmente para a cultura de soja, tal antecipação comprometeu as margens do segundo semestre, momento em que ocorre boa parte dessas entregas das vendas feitas com pagamento antecipado.

Margens ruins, queda no volume e dificuldades com capital de giro afetaram a Companhia no decorrer do ano e, diante disso, a administração da Companhia empreendeu esforços e estudos, em conjunto com seus assessores legais e financeiros, para otimizar a situação de liquidez e o perfil de endividamento da Companhia, tentando, inclusive, buscar potenciais investidores no sentido de equilibrar as demandas de capital de giro para manter as atividades operacionais da Companhia. Não obstante referidos esforços, a situação da Companhia se deteriorou. Nesse sentido, a administração da Companhia julgou que a medida adequada seria o pedido de recuperação judicial, fato ocorrido em 04 de fevereiro de 2019 e deferido em 06 de fevereiro de 2019.

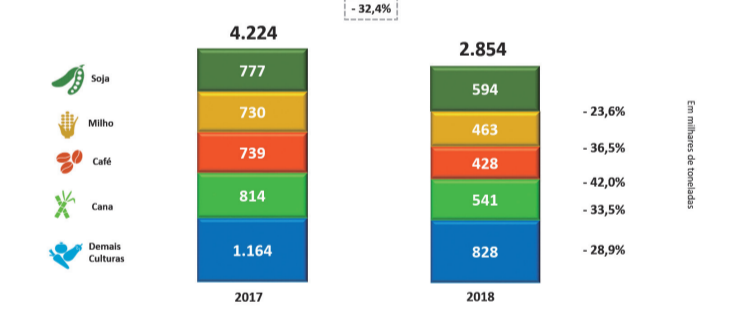


Com este cenário, foi necessário readequar a estrutura administrativa e operacional da Companhia que, iniciou o ano de 2018 com 19 unidades de mistura com capacidade instalada de 6,5 milhões de ton/ano. No decorrer do mesmo ano, foi decidido pela não renovação dos contratos de terceirização para o ano de 2019 das unidades de Patos de Minas - MG, Bebedouro - SP e São João do Manhuçu - MG, passando assim a operar 16 unidades de mistura (15 próprias e 1 arrendada), reduzindo a sua capacidade instalada para 6,2 milhões de ton/ano. No início de 2019, foram suspensas as atividades de 9 unidades de mistura: Rondonópolis - MT (arrendada), Dourados - MS, Três Corações - MG, Uberaba - MG, Rio Verde - GO, Porto Alegre - RS, Rio Grande - RS, Paranáguá - PR e Rosário do Catete - SE, essas unidades permanecerão gerenciando mantendo as licenças e as manutenções necessárias para a operação.
Após o pedido de recuperação judicial a Companhia passou a operar com 07 unidades de mistura com uma capacidade instalada total de 2,9 milhões de ton/ano. Com a redução das unidades, as despesas VG&A foram ajustadas para a nova estrutura de operação da Companhia.



CONJUNTURA E PERSPECTIVAS

O Brasil produziu uma safra de grãos de 228 milhões de toneladas em 2018, segundo a CONAB, e deverá colher uma safra 233 milhões de toneladas em 2019, enquanto a área plantada deverá ser de 62,9 milhões de hectares, com produtividade média esperada de 3,71 ton/ha.
A Heringer estima que o consumo brasileiro de fertilizantes em 2019 deve apresentar um crescimento de cerca de 3% em relação a 2018, atingindo 36,6 milhões de toneladas.
As importações de fertilizantes atingiram um novo recorde de 27,5 milhões de toneladas em 2018, correspondendo a cerca de 75% dos fertilizantes consumidos no Brasil, uma vez que a produção nacional não tem sido suficiente para atender o mercado. Em 2019, o percentual importado para atendimento da demanda interna tende a se manter.
Em 2018, a Heringer divulgou o seu sétimo Relatório de Sustentabilidade, uma oportunidade de aumentar o engajamento de todos nas questões envolvendo a sustentabilidade, além da divulgação dos indicadores, metas a serem alcançadas e das realizações da Companhia nos âmbitos econômico, social e ambiental.
Em 2018, a Heringer entregou 2.854 mil toneladas, volume 32,4% inferior ao entregue em 2017. Houve quedas nas entregas de todas as culturas, com maior impacto no 2S18, principalmente pela queda expressiva observada no 4^{TR}



ECONÔMICO FINANCEIRO

Em 2018, o volume foi de 2.854 mil toneladas, inferior em 32,4% a 2017, que foi de 4.224 mil toneladas. Com maior impacto no 2S18, principalmente pela queda expressiva observada no 4^{TR}.
A receita líquida foi de R\$ 3.688,7 milhões, uma redução de 23,0% em relação a 2017, que foi de R\$ 4.789,7 milhões. A redução na receita líquida de 2018 foi menor que a redução dos volumes neste período por conta de um preço médio em reais superior, resultado de maiores preços das matérias primas no mercado internacional e de uma maior taxa média cambial.
O lucro bruto foi de R\$ 185,9 milhões, uma redução de 59,6% em relação aos R\$ 459,7 milhões de 2017, atingindo uma margem bruta de 5% em 2018 comparado a 9,6% em 2017. A importante queda no lucro bruto em 2018 ocorreu principalmente pelos impactos nos custos sobre os volumes de vendas do 1S18 com pagamento antecipado para entrega futura. Os impactos mencionados sobre os custos ocorreram devido aos aumentos nos preços das matérias primas de fertilizantes, dos aumentos dos custos logísticos decorrentes da greve dos caminhoneiros e de uma forte desvalorização cambial. Além disso, a Companhia não conseguiu performar os volumes projetados para o 2S18, mais acutadamente no 4^{TR}, devido as dificuldades de financiamentos.
Os fretes e comissões foram de R\$ 177,4 milhões, representando 4,8% da receita líquida, enquanto em 2017 totalizaram R\$ 233,7 milhões representando 4,9% da receita líquida. Em linha do ocorrido no 4^{TR}, a queda nos fretes e comissões seguiram as reduções no volume.
As despesas VG&A (sem fretes e comissões) foram de R\$ 200,4 milhões contra R\$ 215,6 milhões em 2017, representando 5,4% da receita líquida contra 4,5% do mesmo período do ano anterior. O aumento percentual ocorreu foi resultado de um menor volume entregue, com consequente menor receita líquida, principalmente verificadas no 2S18 e pela manutenção das estruturas administrativas e comerciais para os volumes projetados para o 4^{TR}, que não foram alcançados pelas limitações de financiamentos da Companhia.
Como consequência dos fatos descritos acima, em 2018, o EBITDA foi de R\$ 150,4 milhões negativo, inferior a 2017, que foi de R\$ 91,9 milhões positivo, representando uma margem negativa de 4,1% sobre a receita líquida, enquanto em 2017 foi positiva de 1,9%.
As despesas financeiras líquidas foram de R\$ 332,9 milhões contra R\$ 232,0 milhões de 2017. Esse valor é composto pelos juros líquidos, descontos concedidos, despesas referente ao AVIP (ajuste a valor presente), entre outras, no valor de R\$ 132,6 milhões, variação cambial negativa de R\$ 241,9 milhões e receita com operações de hedge no valor de R\$ 41,6 milhões. A Companhia foi impactada principalmente nas suas despesas financeiras pela desvalorização cambial que atingiu mais de 17% no ano de 2018.
O resultado líquido foi negativo em R\$ 779,6 milhões, inferior ao resultado líquido negativo de R\$ 125,6 milhões de 2017.

	2018	%RL	2017	%RL	Δ%18/17
Resultado Operacional	(528.713)		(192.852)		
IR Diferido	(250.897)		67.248		
Resultado Líquido	(779.610)		(125.604)		

	2018	%RL	2017	%RL	Δ%18/17
Volume	2.854.334		4.224.191		-32,4%
Receita Líquida	3.688.722	100,0%	4.789.723	100,0%	-23,0%
CPV	(3.502.787)	-95,0%	(4.330.049)	-90,4%	-19,1%
Lucro Bruto	185.935	5,0%	459.674	9,6%	-59,6%
Fretes e Comissões	(177.427)	-4,8%	(233.662)	-4,9%	-24,1%
VG&A	(200.352)	-5,4%	(215.601)	-4,5%	-7,1%
EBITDA	(150.419)	-4,1%	91.898	1,9%	-263,7%
Rez/(Desp) Financeira, líquida	(332.939)	-9,0%	(231.968)	-4,8%	43,5%
EBITDA	(779.610)	-21,1%	(125.604)	-2,6%	n.m.

Em maio de 2018, foi proferida sentença de 1º Grau, parcialmente procedente, determinando a realização de um novo processo de licenciamento, com elaboração de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") e audiência pública, para retorno das atividades de produção de SSP (Super Fosfato Simples), que no momento se encontram paralisadas, com condenação da empresa em danos coletivos no valor de R\$ 500 mil; o valor da provisão contabilizada atualizada é de R\$1.390 mil.
O novo processo de licenciamento ambiental referenciado acima encontra-se em fase de execução.

	2018	%RL	2017	%RL	2018	2017
Receita Líquida	3.688.722	100,0%	4.789.723	100,0%	-	-
CPV	(3.481.365)	-94,4%	(4.303.758)	-89,9%	(21.422)	(26.296)
Lucro Bruto	207.357	5,6%	485.970	10,1%	(21.422)	(26.296)
Fretes e Comissões	(177.427)	-4,8%	(233.662)	-4,9%	-	-
VG&A	(200.352)	-5,4%	(215.601)	-4,5%	-	-
EBITDA	(139.549)	-3,8%	107.598	2,2%	(10.850)	(15.700)

NÚMERO DE CLIENTES

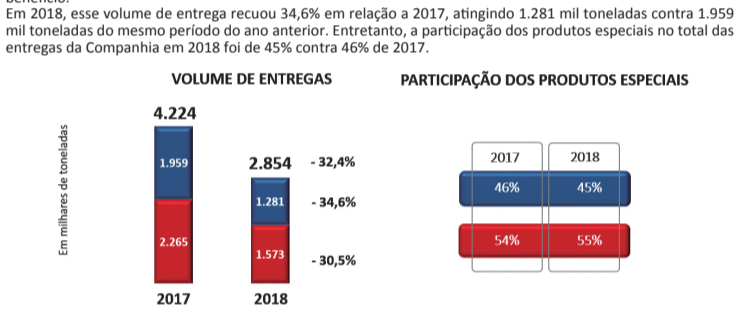
Em 2018, a Companhia entregou o volume de 2,9 milhões de toneladas de fertilizantes para mais de 23 mil clientes distribuídos em todo o território nacional.

INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018, a Heringer possuía o montante de R\$ 477,3 milhões em imobilizado, investimentos e intangível.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Com objetivo de intensificar e potencializar a produtividade das lavouras, além dos produtos convencionais, a Heringer disponibiliza para os seus clientes uma linha de fertilizantes especiais. Formada por produtos de excelente desempenho agrônomo, que proporcionam maior rendimento às lavouras e um melhor custo benefício.
Em 2018, esse volume de entrega recuou 34,6% em relação a 2017, atingindo 1.281 mil toneladas contra 1.959 mil toneladas do mesmo período do ano anterior. Entretanto, a participação dos produtos especiais no total das entregas da Companhia em 2018 foi de 45% contra 46% de 2017.



	2018	2017	2016
Diferença de Margem Bruta (Especial vs. Convencional)	10,4%	6,9%	5,4%

No final de 2018, foi lançado mais um produto da linha foliar, o FH ATTIVUS. Sua formulação exclusiva composta por nutrientes combinados com a tecnologia BIOCOMPLEX age de forma estratégica na fisiologia das culturas, intensificando o metabolismo celular e garantindo o máximo potencial genético (produtividade), principalmente em condições de estresse.

Aplicada regularmente, a tecnologia BIOCOMPLEX promove o crescimento e o desenvolvimento vegetativo

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			Nota	2018	2017
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	19.999	66.850		
Contas a receber de clientes	4	157.669	437.688		
Estoques	5	293.422	770.025		
Tributos a recuperar	6	163.711	158.859		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	160.697	15.524		
Instrumentos financeiros derivativos	8/23	3.088	5.368		
Outros ativos	9	152.916	167.032		
		951.502	1.621.346		
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	4	394	19		
Tributos a recuperar	6	233.356	270.570		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	88.052	211.849		
Outros ativos	9	18.090	20.541		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.b		250.897		
Créditos tributários adquiridos	15	31.972	30.474		
Depósitos judiciais	15	25.032	25.147		
Imobilizado	11	470.619	507.566		
Intangível		6.705	6.639		
		874.220	1.323.702		
Total do ativo		1.825.722	2.945.048		

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			Nota	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Passivo circulante					
Fornecedores	12	1.042.675	1.029.836		
Forfait	13	186.204	182.434		
Empréstimos e financiamentos	14	959.469	1.127.117		
Salários e encargos sociais		27.545	24.828		
Tributos a recolher		3.448	10.786		
Adiantamentos de clientes	4	89.638	205.052		
Instrumentos financeiros derivativos	8/23	24.389	807		
Outros passivos		45.355	70.438		
		2.378.922	2.651.298		
Ativo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	42.748	103.310		
Provisão para contingências	15	25.887	26.837		
		68.635	130.147		
Total do passivo		2.447.558	2.781.445		
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	16				
Capital social		585.518	585.518		
Ajuste de avaliação patrimonial		39.577	40.529		
Prejuízos acumulados		(1.246.931)	(462.444)		
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(621.836)	163.603		
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		1.825.722	2.945.048		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(528.713)	(192.852)		
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	223	4.381		
Ajuste a valor justo - subcarteira negociada	2.199	-		
Provisão para perdas nos estoques	(2.839)	3.608		
Depreciação e amortização	45.356	52.781		
Perda (ganho) na alienação de bens do ativo imobilizado	(1.672)	(5.765)		
Provisão para ajuste a valor de mercado de bens destinados à venda	250	(28)		
Provisão para férias, 13º salário e participação nos resultados	(6.481)	579		
Provisão para contingências, líquidas	(950)	4.836		
Juros e encargos financeiros sobre ativo não circulante	(1.497)	(3.157)		
Juros e variações cambiais não realizados das contas a receber, importações em andamento, de contas a pagar e de empréstimos e financiamentos	117.758	130.834		
Depósitos judiciais	25.862	(16.625)		
Ganho (perda) instrumentos financeiros derivativos não realizados	(350.504)	(21.408)		
		274.718	27.276	
Contas a receber de clientes	479.441	(70.253)		
Estoques	8.712	(43.763)		
Tributos a recuperar	18.232	(2.167)		
Depósitos judiciais	732	163		
Outros ativos	-	12.300		
Aumento (redução) nas contas de ativos		574.565	(10.093)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições em investimentos	(5)	(7)		
Adição de imobilizado	(17.229)	(21.016)		
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	10.820	23.62		
Adições no intangível	(394)	(156)		
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos		(6.808)	2.542	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Contratação de empréstimos e financiamentos	1.120.577	1.316.281		
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(1.194.762)	(1.195.645)		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(74.185)	120.638	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(46.851)	2.300	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		66.850	64.550	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		19.999	66.850	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
1. Contexto Operacional		
A Fertilizantes Heringer S.A. - em Recuperação Judicial ("Heringer" ou "Companhia"), com sede no município de Viana no Espírito Santo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes. A Companhia possui atualmente 16 unidades de mistura, distribuídas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste do Brasil. Ressaltando ainda que, no Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de Super Fosfato Simples ("SSP"). Em fevereiro de 2019, a Companhia suspendeu as atividades de 9 de suas unidades, conforme descrito na Nota 27. As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.		
Aprovação das demonstrações financeiras		
A apresentação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 28 de março de 2019.		
2. Base de preparação		
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo		

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			2018	2017
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços			3.734.002	4.847.281
Outras receitas			3.183	37.900
Receitas relativas à construção de ativos próprios			4.673	8.709
Constituição, reversão e recuperação de créditos de liquidação duvidosa			(1.551)	(8.544)
			3.740.307	4.885.

negociações foram parcialmente bem sucedidas, entretanto, com os desafios impostos ao capital de giro em virtude da alta verificada nos preços em dólares das matérias primas de fertilizantes em relação ao último ano e também dos riscos advindos de um ano eleitoral para Presidência da República, mesmo com o corte de despesas efetuados nos últimos períodos, os pagamentos dos credores, não ocorreram conforme o planejado.

Assim, a Administração altera a alternativa viável para manter a continuidade de suas operações, o pedido de recuperação judicial, conforme divulgado na Nota 27.

A Companhia continua focada em ações para geração de fluxo de caixa futuro e recomposição do seu patrimônio líquido.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018. Conforme mencionado na Nota 12, a Companhia decidiu apresentar os montantes das transações de "forfeiture" em rubrica específica do passivo circulante. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPs, e que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, por a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

- (i) reconhecimento de ativos e passivos financeiros; (ii) tributos diferidos; (iii) contingências; (iv) valor justo de instrumentos financeiros; (v) classificação dos fluxos de caixa gerados pelas operações de financiamento de importações de matérias-primas. Os detalhes estão descritos na Nota 2.5.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

2.2.1. Ativos financeiros

Até 31 de dezembro de 2017 a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia poderia ser feita entre as seguintes categorias: i) Ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado; ii) Investimentos mantidos até o vencimento; iii) Empréstimos e recebíveis; e iv) Ativos financeiros disponíveis para venda.

Com o advento do CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9), vigente a partir de 1º de janeiro de 2018, a classificação passou a ser admitida em três diferentes categorias, quais sejam: i) Custo amortizado; ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou iii) Valor justo por meio do resultado.

Como resultado da adoção do CPC 48 - Instrumento Financeiro (IFRS 9) a Companhia passou a classificar seus ativos financeiros, anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis, passaram a ser classificados nas seguintes categorias:

Classificação	Até 31 de dezembro de 2017		A partir de 1º de janeiro de 2018	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)		
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado e/ou custo amortizado (*)		
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)		
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)		
Instrumentos financeiros derivativos	Instrumentos financeiros derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado	Instrumentos financeiros derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado (***)		

(*) A Companhia tem como prática a negociação de parte de seus Contas a receber de clientes com instituições financeiras por meio de antecipação dos saldos dessas contas a receber ("FIDC"). Nesses casos, a Companhia não reconhece o ativo financeiro, pois, há o direito de regresso por parte da instituição financeira. Para esses títulos os saldos são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os demais contas a receber de clientes são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado.

(**) sob o ponto de vista prático, não houve qualquer impacto na mensuração desses ativos financeiros recorrente desta alteração, uma vez que seus ativos financeiros anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis já estavam registrados ao custo amortizado.

(***) não há impacto na classificação e/ou mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48 - Instrumento Financeiro (IFRS 9) a Companhia passou a classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

(b) Reconhecimento inicial e mensuração

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do IFRS 9/CPC 48. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A Companhia tem como prática a negociação de parte de seus Contas a receber de clientes com instituições financeiras por meio de antecipação dos saldos dessas contas a receber ("FIDC"). Nesses casos, a Companhia não reconhece o ativo financeiro, pois, há o direito de regresso por parte da instituição financeira. Para esses títulos os saldos são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os demais contas a receber de clientes são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado.

(ii) Custo amortizado

Ativos financeiros disponíveis para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas". As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

(c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os ativos justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra (Nível I). Se o preço de um ativo não estiver disponível, a Companhia utiliza o preço de mercado de produtos importados, o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade (Nível II).

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando métodos de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(d) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados. Os instrumentos financeiros derivativos designados nessas operações são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de hedge (hedge accounting).

2.2.2. Impairment de ativos financeiros

Com a adoção do CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9), a Companhia revisou sua metodologia de impairment de ativos financeiros. Não há impacto relevante decorrente da mudança na metodologia de impairment.

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo CPC 48-Instrumentos Financeiro (IFRS 9), permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolção.

2.2.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa anua de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.2.4. Conversão em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2.5. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

As operações de compra de matéria-prima realizadas por meio de FINIMP - Financiamentos de Importação e Forfait são apresentadas como atividade operacional na demonstração dos fluxos de caixa pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

2.2.6. Normas novas que ainda não estão em vigor

A seguinte norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

2.2.6.1 - "Operações de Arrendamento Mercantil", com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substituído o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia revisou todos os contratos de arrendamento durante o último ano em face das novas regras de reconhecimento de arrendamento mercantil, principalmente sobre impactos significativos pela adoção da nova norma. IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - A norma esclarece a forma de contabilização de posições fiscais relacionadas ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Esta norma é aplicável quando há incertezas quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. Se a aceitação não for provável, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza.

A IFRS 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças materiais que produzam impacto em suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e tiveram impactos para a Companhia:

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

• IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de reconhecimento de receita quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

No que se refere à interpretação IFRIC 22/CPC 21 - "Transações em moeda estrangeira", que também entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e previu esclarecimentos sobre a data de transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

2.4. Apresentação das cifras comparativas

As demonstrações financeiras consolidadas da entidade, as demonstrações financeiras do exercício anterior estão sendo reapresentadas. Conforme explicado na Nota 24(a) abaixo, o CPC 49 (IFRS 9) foi adotado sem a reapresentação da informação comparativa. As reclassificações e os ajustes decorrentes das novas regras de impairment e ajuste ao valor justo não se encontram, portanto, refletidos no balanço ajustado de 31 de dezembro de 2017, sendo reconhecidos no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2018.

No caso do CPC 47 (IFRS 15), a Companhia não identificou impactos que resultem na reapresentação das cifras comparativas.

(a) Efeitos da reapresentação

Em relação à adoção inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9), decorre somente da mudança de mensuração dos FIDCs em aberto em 1º de janeiro de 2018, sendo o ajuste registrado no saldo de abertura de R\$ 5.829 líquido dos tributos diferidos. A Companhia optou por não reapresentar os saldos anteriores e o ajuste foi registrado como redução do patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2018 na rubrica de prejuízos acumulados.

Não há impacto na classificação e mensuração de Passivos Financeiros, uma vez que a nova norma não adota a IFRS 9 para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, classificação essa somente aplicada à Companhia.

2.5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.5.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentaram um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11.

(b) Tributos diferidos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários diferidos estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas premissas. Considerando a situação econômica financeira da Companhia e as dificuldades em projetar os lucros tributáveis futuros, os tributos diferidos ativos foram reconhecidos até o limite dos tributos diferidos passivos.

(c) Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 15. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(d) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Classificação dos fluxos de caixa gerados pelas operações de financiamento de importações de matérias-primas
As operações de compras de matérias-primas realizadas por meio de FINIMP - Financiamento de Importação e Forfait, são apresentadas como atividade operacional na DFC-demonstração dos fluxos de caixa, pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia, por serem uma opção de compra utilizada exclusivamente para aquisição de insumos, e que suas condições básicas, prazos e juros, não apresentam divergências significativas em relação às compras diretas com fornecedores.

As operações de FINIMP e Forfait são utilizadas exclusivamente para aquisição de matérias-primas, diferente das operações de empréstimos que são utilizados principalmente para capital de giro.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

	2018	2017
Caixa e recursos em conta corrente	11.352	55.255
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	8.647	11.595
(i)	19.999	66.850

(i) Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata.

4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida a partir das médias históricas das perdas registradas pela Companhia (perdas esperadas) e, no mínimo trimestralmente são analisados se existem evidências de inadimplência recente, não existindo, dessa forma, expectativa de perdas sobre essas contas (perdas incorridas). A avaliação da existência de evidências é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

	2018	2017
Contas a receber no país (i)	198.829	484.403
Contas a receber no exterior	1.140	1.961
Ajuste a valor justo - subcarteira negociada	(2.199)	(5.829)
Ajuste a valor presente	(1.119)	(4.463)
	196.651	476.072
	(38.588)	(38.365)
	158.063	437.707
	(157.669)	(437.688)
	394	19

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Circulante
Não circulante
(i) O montante de R\$ 6 (R\$ 44 em 31 de dezembro de 2017) é decorrente de transações com partes relacionadas (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o ajuste a valor presente foi calculado, tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias, com juros nominais das transações de 1,50% (1,50% em 31 de dezembro 2017) ao mês, através do método do fluxo de caixa descontado. A realização do ajuste a valor presente é registrada no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras".

Em 31 de dezembro de 2018 e em 1º de janeiro de 2018, foi calculado o valor justo sobre a subcarteira negociada das contas a receber de clientes, considerando a taxa de juros efetiva dos títulos negociados. Detalhes sobre o ajustado ao saldo inicial, vide Nota 2.4 (a).

Os saldos de contas a receber no exterior estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e de dos saldos a receber.

Os valores justos das contas a receber de clientes mensurados ao custo amortizado, se aproximam dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 61.959 (R\$51.062 em 31 de dezembro de 2017) encontram-se vencidas e não provisionadas, pois se referem a uma série de clientes independentes que não são capazes de pagar a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos por seus clientes.

Os saldos de contas a receber no exterior estão denominados em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e de dos saldos a receber.

Os valores justos das contas a receber de clientes mensurados ao custo amortizado, se aproximam dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

	2018	2017
Até três meses	17.705	1.653
De três a seis meses	612	843
Mais de seis meses	43.642	48.566
	61.959	51.062

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui perda estimada e incorrida com créditos de liquidação duvidosa ("impairment") no montante de R\$ 38.588 (R\$38.365 em 31 de dezembro de 2017), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	2018	2017
A vencer	642	238
Até seis meses	347	238
Mais de seis meses	37.599	38.127
	38.588	38.365

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	2018	2017
Saldo inicial	38.365	33.983
Constituição da provisão líquida(i)	2.540	10.123
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incorráveis (Nota 10)	(2.317)	(5.741)
Saldo final	38.588	38.365

(i) As perdas esperadas são registradas reduzindo a receita bruta. As perdas incorridas são registradas na rubrica "Despesas com vendas", no resultado do exercício. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

Em 31 de dezembro de 2018, o adiantamento de clientes no montante de R\$ 89.638 (R\$205.052 em 31 de dezembro de 2017) decorre de antecipações efetuadas por clientes.

5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	2018	2017
Matérias-primas e embalagens	276.256	669.725
Importações em andamento	3.302	67.235
Adiantamentos a fornecedores	6.392	24.846
Almoxarifado	7.972	11.816
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(770)	(3.608)
	293.422	770.025

(i) Refere-se à provisão para resíduos de matérias-primas, cujo custo médio em estoque estava

FERTILIZANTES HERINGER S.A.
CNPJ/MF 22.266.175/0001-88 - Em Recuperação Judicial

venda menos custo das vendas) dos ativos imobilizados do segmento de Misturadoras. Até a data da autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, o laudo de avaliação do valor de mercado dos ativos não havia sido finalizado e, portanto, não foi possível estimar se há ajustes relativos ao teste de *Impairment*.

	Equipamentos e instalações		Imobilizações em andamento		Adiantamento a fornecedor		Total
	Terrenos	Edifícios e construções	Outros	Outros	Outros	Outros	
Em 1º de janeiro de 2017	66.340	302.902	140.627	11.596	27.663	30	549.158
Aquisições	-	42	970	3.139	16.179	8.394	28.724
Baixas (ii)	-	(1.938)	(15.420)	(493)	(5)	-	(17.856)
Depreciação	-	(10.712)	(37.968)	(3.780)	-	-	(52.460)
Transferências	-	12.920	6.004	-	(16.559)	(2.365)	-
Em 31 de dezembro de 2017	66.340	303.214	94.213	10.462	27.278	6.059	507.566
Em 1º de janeiro de 2018	66.340	303.214	94.213	10.462	27.278	6.059	507.566
Aquisições	-	-	591	1.963	14.675	-	17.229
Baixas (ii)	-	(342)	(1.778)	(651)	(298)	(6.059)	(9.128)
Depreciação	-	(11.136)	(30.382)	(3.530)	-	-	(45.048)
Transferências	-	13.171	16.779	577	(30.623)	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	66.340	305.053	79.423	8.771	11.032	-	470.619

(i) Em 31 de dezembro de 2018, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente a: (a) adequação das instalações para a produção de galpão para matéria prima na unidade de Lagatama - MG; (b) adequação na unidade de Paulínia - SP; e (d) adequação na unidade de Porto Alegre - RS. Para conclusão dessas obras, a Companhia possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R\$1.765 (R\$3.780 em 31 de dezembro de 2017). Tais compromissos serão pagos com recursos próprios e com recursos obtidos com instituições financeiras.

(ii) As baixas são compostas, principalmente, pela alienação de veículos e máquinas pesadas no montante de R\$ 9.128 (R\$1.856 - 2017).

	2018	2017
Contas a pagar no país	243.817	205.545
Contas a pagar no exterior (i)	798.858	824.291
	1.042.675	1.029.836

(i) A Companhia efetuou a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos são denominados, substancialmente, em dólares norte-americanos (Nota 24 (b)). O ajuste a valor presente no valor de R\$ 2.749 (R\$11.250 em 31 de dezembro de 2017) foi calculado tomando como base todas as operações de compra com fornecedores, nacionais e no exterior, com prazo superior a 30 dias e juros nominais variáveis acordados com cada fornecedor, utilizando o método de fluxo de caixa descontado. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou o montante de R\$ 13.785, relativos a juros a pagar de títulos em atraso.

13. Operações de "Forfait"

A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada "forfait". Nessas transações os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Considerando

v) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	Moeda estrangeira		Capital de giro nacional		Moeda nacional		Total
	Financiamento de importação	Capital de giro	Finame	Crédito Rural	Outras obrigações	BNDES	
Em 1º de janeiro de 2017	585.081	25.645	325.911	5.974	18.713	15.211	1.053.629
Captações	1.183.736	0	1.277.261	0	11.696	4.405	2.500.017
(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada	(1.114.216)	(24.317)	(1.127.135)	(2.165)	(21.024)	(14.995)	(2.300.860)
(-) Pagamento de juros	(41.556)	(433)	(65.620)	(288)	-	(2.689)	(110.586)
Provisão de juros	23.594	(895)	50.771	282	0	4.344	83.947
Variação cambial não realizada	13.640	0	0	0	0	0	13.640
Em 31 de dezembro de 2017	650.279	0	461.188	3.803	9.385	4.621	1.230.427
Em 1º de janeiro de 2018	650.279	0	461.188	3.803	5.643	8.363	1.230.427
Captações	1.050.458	34.447	1.057.570	0	825	7.889	2.171.034
(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada	(1.210.443)	0	(1.168.062)	(1.868)	(6.468)	(8.913)	(2.405.205)
(-) Pagamento de juros	(50.516)	0	(46.012)	(172)	0	(3.493)	(100.193)
Provisão de juros	26.217	2.312	36.474	168	0	5.295	74.382
Variação cambial não realizada	31.772	0	0	0	0	0	31.772
Em 31 de dezembro de 2018	497.767	36.759	341.158	1.931	7.339	46.027	1.002.217

15. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a provisão para contingências era composta como segue:

	2018	2017
Contingências de naturezas:		
Tributárias e administrativas	759	333
	759	333
Trabalhistas e previdenciárias (a)	26.248	31.216
(-) Depósitos judiciais	(4.128)	(5.851)
	22.120	25.365
Cíveis e ambientais	3.008	1.139
	3.008	1.139
Total da provisão para contingências	30.015	32.688
(-) Depósitos judiciais	(4.128)	(5.851)
	25.887	26.837

(a) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

i) Movimentação da provisão para contingências

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	2018	2017
Provisão inicial	32.688	27.532
Provisões líquidas	(3.856)	411
Atualização monetária	1.183	4.747
Saldo final	30.015	32.688

ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	2018	2017
Tributárias e administrativas	16.705	16.143
Cíveis e ambientais	4.118	4.203
Previdenciárias	3.704	3.464
Trabalhistas	4.633	7.288
	29.160	30.998
Classificados como redutores da provisão para contingência	(4.128)	(5.851)
Saldo de Depósitos Judiciais - Ativo Não Circulante	25.032	25.147

iii) Passivos contingências

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	2018	2017
Tributárias e administrativas (i)	231.822	149.838
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	50.733	102.026
Cíveis e ambientais (iii)	60.795	84.952
	343.350	336.816

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

(i) As ações tributárias e administrativas referem-se, substancialmente, a discussões envolvendo PIS, COFINS, IRPJ e CSLL no montante de R\$ 221.338 e ICMS, no montante de R\$ 10.395, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa.

(ii) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

(iii) As ações cíveis e ambientais estão substancialmente relacionadas à Ação Civil Pública na unidade de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR.

iv) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de débito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este polo, também já transitou em julgado.

O valor incontroverso do crédito no montante de R\$ 140.776, dado em garantia em transação financeira, foi recebido em 1º de agosto de 2017. A Companhia já exerceu a opção de recompra do crédito (Nota 9), junto a instituição financeira que estruturou a operação.

v) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá - PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná promoveram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR.

No que tange à solicitação aos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área, as chances de perda, amparada na posição de seus consultores jurídicos, são classificadas como remotas.

Em maio de 2018, foi proferida sentença de 1ª Grau, parcialmente procedente, determinando a realização de um novo processo de licenciamento, com elaboração de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") e audiência pública, para retorno das atividades de produção de SSP (Super Fosfato Simples), que no momento se encontram paralisadas, com condenação da Companhia, em danos coletivos no valor de R\$ 500, o valor da provisão contabilizada atualizada é de R\$1.390.

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$800.000.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$585.518 está representado por 53.857.284 ações.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS.

(c) Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2018, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 16.059 (R\$ 17.784 - 2017), foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2018, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2015	2016	2017	2018	Total
PSDI (i)	179.063	19.770	11.513	8.871	217.417
Desenvolve (ii)	-	3.946	6.271	7.188	17.405
Outros incentivos recebidos (iii)	5.457	1.228	-	-	6.685
	184.520	23.144	17.784	16.059	241.507

Benefício fiscal de redução de ICMS:

(i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participação do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Conde - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.

(ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

(iii) Redução de 75% do imposto de renda a receber, com base no lucro da exploração por período de 10 anos a contar da data da concessão, por força do artigo 19 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, obtidos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM: (a) em 2011 o benefício foi concedido para a unidade de Camaçari - BA e tem duração garantida até 2020; (b) a partir de 2014, o benefício foi concedido para as duas unidades de Rondonópolis - MT e tem duração garantida até 2023; e (c) a partir de 2016 o benefício foi concedido para a unidade de Candeias - BA e tem duração garantida até 2025.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena de perda dos benefícios.

17. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo líquido por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares, exceto valores por ação):

	2018	2017
Resultado atribuído aos acionistas da Companhia	(779.610)	(125.604)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	53.857	53.857
Resultado básico por ação ordinária - R\$	(14,4756)	(2,3322)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não ocorreram transações com ações ordinárias potencialmente diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária. Não há diluição de prejuízos.

18. Receita operacional líquida

(i) Receita de Contratos com Clientes em 1º de janeiro de 2018, que resultou em mudanças nas políticas contábeis, mas sem impacto nos valores registrados de receita.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho por ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB ("Free on Board"), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF ("Cost, Insurance and Freight"), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As características de tais transações e clientes do Ofício Circular CVM nº 01/2019 de 11 de janeiro de 2019, a Companhia apresenta os montantes dessas transações em rubrica específica no passivo circulante. Os prazos e condições estão apresentados abaixo.

	Taxa de juros	Prazo médio	2018	2017
Forfait US\$ 48.055 mil (US\$55.149 mil em 31 de dezembro de 2017)	VC + 8,83% a.a.	180 dias	186.204	182.434

14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os valores contábeis e valor justo dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 23.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	2018	2017
Moeda estrangeira				
Financiamentos de importação (i)				
Fixo US\$128.407 (US\$196.578 em 31 de dezembro de 2017)	VC + 4,7% a.a.	VC + 7,9% a.a.	497.553	650.279
Fixo €548	VC + 5,7% a.a.	VC + 7,4% a.a.	214	-
Capital de Giro Fixo US\$9.487	VC + 8,7% a.a.	VC + 8,7% a.a.	36.759	-
Moeda nacional				
Capital de giro (ii)	309,5% do DI a.a.	309,5% do DI a.a.	341.157	461.188
Finame	6,0% a.a.	6,0% a.a.	1.931	3.803
Operações de Crédito Rural (iii)			-	5.643
Outras obrigações	Libor + 3,0% a.a.	Libor + 3,0% a.a.	7.340	8.363
BNDES	171,2% do DI a.a.	171,2% do DI a.a.	46.027	48.698
Mútuos	9,0% a.a.	9,0% a.a.	71.236	52.453
			1.002.217	1.230.427
			(959.469)	(1.127.117)
			42.748	103.310

Circulante

Não circulante

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

i) Financiamentos de importação

Financiamentos contratados junto a instituições financeiras para financiar a importação de matérias-primas. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matérias-primas no exterior ou da data do desembolso da operação (prazo médio em 31 de dezembro de 2018 de 254 dias em USD e 84 dias em EUR). Em 31 de dezembro de 2018, 23,2% (22,1% em 31 de dezembro de 2017) do montante financiado está garantido por recebíveis da Companhia, entretanto, o saldo remanescente não possui garantias.

ii) Capital de giro

Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras, sendo que, em 31 de dezembro de 2018, 94,8% do saldo tem vencimento em 2019 e 5,2% vencimento até 2020. Em 31 de dezembro de 2018, 8,8% (15% em 31 de dezembro de 2017) do montante de capital de giro estão garantidos por recebíveis, 21,5% das operações de FIDC, 17,3% estão garantidos por imóveis rurais do grupo de controle e o saldo remanescente não possui garantias.

iii) Operações de crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais e consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não detinha operações de crédito rural em aberto.

iv) Ativo de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2018	2017
2018	-	1.127.117
2019	959.469	68.471
2020	22.958	34.839
2021 em diante	19.790	-
	1.002.217	1.230.427

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2018	2017
Vendas brutas de produtos	3.758.496	4.869.735
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Perda esperada no recebimentos das vendas:	(642)	-
Devoluções das vendas	(24.493)	(22.454)
Impostos sobre as vendas	(60.698)	(75.342)
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	8.871	11.513
Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	7.188	6.271
	3.688.722	4.789.723

19. Custos e despesas por natureza

As bonificações decorrentes de compras de matérias-primas, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica "Custo dos produtos vendidos", no resultado do exercício, na medida em que a Companhia adquire o direito ao seu recebimento, mediante o atendimento dos volumes de compra e outros parâmetros preestabelecidos.

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados aos custos dos estoques e posteriormente ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes. As despesas com frete relacionadas à entrega da mercadoria, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	2018	2017
Matérias-primas e materiais de produção (i)	3.313.669	4.106.508
Despesas com transporte	142.605	184.571
Despesas com pessoal (Nota 22)	215.707	224.252
Despesas comerciais	48.452	75.134
Depreciação e amortização	45.356	52.781
Participação nos resultados (Nota 22)	8.542	8.457
Despesas com publicidade	2.170	585
Arrendamentos mercantis operacionais	5.405	6.628
Outros gastos	98.560	120.396
	3.880.566	4.779.314

Classificados como:

Custos dos produtos vendidos

Despesas com vendas

Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Custos dos produtos vendidos	3.502.787	4.330.049
Despesas com vendas	278.031	348.181
Despesas gerais e administrativas	99.748	101.082
	3.880.566	4.779.312

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram adquiridos insumos no montante de R\$ 2.274 (R\$2.443 em 31 de dezembro de 2017) com créditos de ICMS.

20. Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/MF 22.266.175/0001-88 - Em Recuperação Judicial

26. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de Administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (I) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples - SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 16 unidades misturadoras da Companhia.

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são as seguintes:

	Exercício findo em 2018		Exercício findo em 2017	
	Industrial	Misturadoras	Total	Total
Receita bruta de vendas	3.758.495	3.758.495	4.869.735	4.869.735
Deduções e impostos sobre vendas	(69.774)	(69.774)	(80.012)	(80.012)
Receita líquida de vendas	3.688.721	3.688.721	4.789.723	4.789.723
Custos dos produtos vendidos	(21.422)	(3.481.365)	(3.502.787)	(26.296)
Lucro (prejuízo) bruto	(21.422)	207.356	185.935	(26.296)
Despesas operacionais	-	(381.709)	-	(420.558)
Despesas financeiras, líquidas	-	(332.939)	-	(231.968)
Lucro (prejuízo) operacional	-	(528.713)	-	(192.852)
Imposto de renda e contribuição social	-	(250.897)	-	67.248
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(779.610)	-	(125.604)
Depreciação e amortização	10.572	34.783	45.356	10.596
EBITDA	(10.850)	(139.568)	(150.418)	(15.700)
			107.598	91.898

Como antes mencionado, o segmento industrial destina-se atualmente a atender às necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento industrial para as misturadoras são mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. Não há receita para os exercícios apresentados, considerando a paralisação da planta (Nota 15). A receita do segmento de Misturadoras informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento industrial.

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Estoques	833	292.589	293.422	1.558	768.467	770.025
Imobilizado e Intangível	32.463	444.861	477.324	43.026	464.540	507.566
Demais ativos	-	1.054.976	1.054.976	-	1.667.457	1.667.457
Total dos ativos	33.296	1.792.426	1.825.722	44.584	2.900.464	2.945.048

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a Administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise desses saldos por segmento.

Aos Administradores e Acionistas
Fertilizantes Heringer S.A. – em Recuperação Judicial

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. – em Recuperação Judicial, pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

A Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 779.610 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, nessa data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 1.427.421 mil, bem como, apresenta passivo a descoberto de R\$ 621.836 mil. Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa 27 às demonstrações financeiras, a Companhia, ajuizou o pedido de Recuperação Judicial em 4 de fevereiro de 2019, junto à Comarca de Paulínia - SP. Nos termos da Lei 11.101/2005, a Companhia deve apresentar o plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias da publicação da decisão, ocorrida em 6 de fevereiro de 2019, contendo a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, a demonstração de sua viabilidade econômica e a avaliação dos seus bens e ativos. Atualmente, a administração da Companhia, com o apoio de especialistas, está em fase de elaboração do plano de recuperação judicial, que inclui entre outros, o plano de negócio com as alternativas para a captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa projetados para os próximos exercícios. A Companhia possui também, evidência objetiva de indicação de ocorrência de redução no valor recuperável do

Em função de uma Ação Civil Pública proposta pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná (vide Nota 15), em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, o resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante. No entanto, a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

A produção anual da unidade industrial de Paranaguá - PR é de cerca de 250 mil toneladas (não auditado) de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas (não auditado) de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP (não auditado), ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias-primas de fertilizantes (não auditado). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$ 10.572 (2017 - R\$10.596).

27. Evento Subsequente

Recuperação Judicial

A administração da Companhia empreendeu esforços e estudos, em conjunto com seus assessores legais e financeiros, para otimizar a situação de liquidez e o perfil de endividamento da Companhia nos últimos meses, tentando, inclusive, buscar potenciais investidores no sentido de equilibrar as demandas de capital de giro para manter as atividades operacionais da Companhia. Não obstante referidos esforços, a situação da Companhia se deteriorou. Em consequência e aliado à recente conjuntura adversa no setor de atuação da Companhia, os desafios decorrentes da situação econômico-financeira da Companhia se mantêm e vêm se agravando.

Nesse sentido, a administração da Companhia julgou que a apresentação do pedido de recuperação judicial seria a medida adequada, no momento, para (i) proteger a Companhia de forma a possibilitar a continuidade das suas atividades, e (ii) preservar o valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores, acionistas e *stakeholders*, incluindo os seus colaboradores. Em decorrência dessa situação, em 4 de fevereiro de 2019, a Companhia, ajuizou, perante a comarca da Cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 e do artigo 122, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações, em caráter de urgência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada nesta data (“RCA”), com a concordância do seu acionista controlador. Em 6 de fevereiro de 2019, o pedido de recuperação judicial foi deferido pela comarca da Cidade de Paulínia.

Nesse contexto, a Companhia informa que foi necessário readequar a sua estrutura administrativa e operacional, por meio da suspensão das atividades desenvolvidas em algumas de suas unidades de mistura (Rondonópolis - MT, Dourados – MS, Três Corações – MG, Uberaba – MG, Rio Verde – GO, Porto Alegre – RS, Rio Grande – RS, Paranaguá – PR e Rosário do Catete – SE), com o consequente desligamento de colaboradores.

A referida decisão judicial de deferimento, dentre outras providências, determinou o seguinte:

(i) nomeação do Sr. Oreste Nestor de Souza Laspro, com endereço comercial na Rua Major Queudinho, 111, 18º andar, Centro, São Paulo – SP, CEP 01050030, para atuar como administrador judicial no processo de Recuperação Judicial; (ii) suspensão de todas as ações e execuções atualmente em curso contra a Companhia, pelo prazo de 180 dias corridos, nos termos do artigo 6º da LRF; (iii) expedição de edital, nos termos do artigo 52 §1º da LRF, com advertência dos prazos dos artigos 7º, §1º e artigo 55 da LRF, para apresentação de habilitações e/ou divergências de seus créditos, no âmbito do processo de Recuperação Judicial; e

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

seu ativo imobilizado, entretanto, pelos motivos descritos no parágrafo acima, não teve tempo hábil de proceder ao teste de redução no valor recuperável dos ativos imobilizados, que totalizam R\$ 470.619 mil, tanto pelo método do valor em uso como pelo valor justo menos custos de alienação, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”. Devido à ausência do teste do valor recuperável (*impairment*), não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os referidos ativos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Considerando esse conjunto de elementos e a pervasividade envolvida no contexto das demonstrações financeiras, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento concluir quanto a eventuais ajustes de redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados, bem como concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração dessas demonstrações financeiras são apropriados.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância do assunto descrito na seção “Base para abstenção de opinião”, também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção

(iv) apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar o processo de Recuperação Judicial, sob pena de destituição de seus administradores, nos termos do artigo 52, IV da LRF.

A Companhia ressalta que o processo de Recuperação Judicial representa um novo passo em seu processo de reestruturação financeira, administrativa e operacional, e possui como objetivo permitir a continuidade dos negócios desenvolvidos pela Heringer.

A Companhia realizou, no dia 20 de fevereiro de 2019, Assembleia Geral Extraordinária na qual os acionistas ratificaram a decisão de ajuizar Pedido de Recuperação Judicial, nos termos do art. 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, perante a Comarca de Paulínia, Estado de São Paulo (“Pedido de Recuperação Judicial”).

Sendo assim, os acionistas da Companhia, expressa e formalmente, ratificaram a decisão que havia sido tomada pelo Conselho de Administração da Companhia, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei das S.A., relativa ao Pedido de Recuperação Judicial.

Atualmente, a Companhia encontra-se em fase de preparação do plano de recuperação judicial para continuidade de seus negócios para os próximos exercícios e espera apresentá-lo na reunião com seus credores.

A Companhia acredita e trabalha pela superação desse momento e, para assegurar sua perenidade, necessita manter grande disciplina financeira, tomando ações imediatas com o objetivo de obter rentabilidade e ganho de eficiência operacional, dentro de uma estrutura mais enxuta e dinâmica.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Dalton Carlos Heringer

Diretor-Presidente, Diretor Administrativo,

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Controladoria

Alfredo Fardin

Diretor de Suprimentos e Logística

Ulisses Maestri

Diretor Comercial e Diretor Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia FERTILIZANTES HERINGER S.A. – Em Recuperação Judicial, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias examinou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e a vista do relatório do auditor independente (PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes), datado de 28 de março de 2019. Após estes exames, opina no sentido de que os mencionados relatórios e demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Dessa forma, manifestando-se nos termos do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, favoráveis à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária. Viana – ES, 28 de março de 2019.

ALFREDO GONÇALVES MARTINS - Presidente do Conselho Fiscal

PEDRO GILBERTO DE SOUZA GOMES - Conselheiro

MANUEL JEREMIAS LEITE CALDAS - Conselheiro

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Campinas, 28 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Eduardo Dias Vendramini

Contador - CRC - 1SP220017/O-4